



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

1º de fevereiro

de 2021

Operação interdita três bares por aglomeração em São Luís

Por Zeca Soares

No último fim de semana, a Operação Harpócrates interditou três bares de São Luís por infração às medidas sanitárias: Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia). Havia aglomeração em todos os três locais. Os referidos estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada.

Na ação, também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as polícias Civil e Militar e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação

Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater a poluição sonora em todos os municípios que formam a ilha de São Luís.

Foto: Divulgação

Site: <https://www.zecasoares.com/2021/02/01/operacao-interdita-tres-bares-por-aglomeracao-em-sao-luis/>

Donos de bares da Ponta d'Areia e Lagoa da Jansen são presos por poluição sonora

No último fim de semana, a Operação Harpócrates interditou três bares de São Luís por infração às medidas sanitárias: Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia). Havia aglomeração em todos os três locais. Os referidos estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada.

Na ação, também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as **polícias Civil e Militar** e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater

a poluição sonora em todos os municípios que formam a ilha de São Luís.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/02/donos-de-bares-da-ponta-dareia-e-lagoa-da-jansen-sao-presos-por-poluicao-sonora/>

Com pressão da polícia e do MP, bares vivem clima de tensão.

Marco Aurélio D Eça

O cerco que se fechou contra bares e restaurantes durante o fim de semana em São Luís pode levar a um fechamento em massa de portas de eventos.

A exigência do **Ministério Público** para que se evite aglomerações e a ameaça de prisão da polícia - como já ocorreu neste fim de semana - têm deixado os empresários em clima de constante pressão.

E a saída mais estudada é mesmo o fechamento das portas, com cortes de pessoal e suspensão de contratações artísticas, o que pode gerar uma reação em cadeia no setor que mais sofre com a pandemia de coronavírus.

Mesmo com o início da vacinação, os números da COVID-19 aumentaram drasticamente no Maranhão, o que leva o **Ministério Público** à pressão por medidas mais restritivas.

O resultado é a ameaça constante para bares e restaurantes.

O que torna inviável a manutenção da atividade.

Site:

<https://www.marcoareliodeca.com.br/2021/02/01/com-pressao-da-policia-e-do-mp-bares-vivem-clima-de-tensao/>

A pedido do MP, Justiça cancela festa LGBT em Bacabal (Judiciário)

Em atendimento a pedido do **Ministério Público** do Maranhão, a Justiça concedeu liminar para decretar a suspensão imediata da realização do evento organizado pelo grupo Identidade LGBT de Bacabal, alusivo ao dia da Visibilidade Trans, previsto para ocorrer nesta sexta-feira, 29, às 18h, na Praça 17 de abril.

O titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal determinou que o Município de Bacabal adote as medidas necessárias para a proibição do ato, fixando ainda que sua realização, em outra data, enquanto durar a pandemia, dependerá de expressa autorização judicial.

Em caso de descumprimento da ordem, o Município de Bacabal e o grupo Identidade LGBT serão punidos com multa no valor de R\$ 50 mil, para cada um.

Para a promotora de justiça Sandra Soares de Pontes, autora da **Ação Civil Pública**, a realização do evento poderá gerar danos irreversíveis à saúde pública, diante da crise mundial ocasionada pelo coronavírus, além de descumprir o Decreto Estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020.

"Evento de tamanha proporção tem grande probabilidade de desrespeito às regras de distanciamento social e das medidas sanitárias, notadamente pela ampla divulgação nas redes sociais, o que, inclusive, atrairá participantes de municípios vizinhos", ponderou a representante do **Ministério Público**.

A promotora de justiça acredita, ainda, que o Município de Bacabal autorizou a realização do evento, mesmo ciente da Recomendação expedida pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, aos prefeitos, às Secretarias Municipais de Saúde, às demais Secretarias, à Polícia Militar e a Polícia Civil. O documento, que também previa a negativa de licenças e autorizações para festividades, foi destinado igualmente aos responsáveis por eventos nos municípios maranhenses.

A decisão foi assinada pelo juiz Marcelo Silva Moreira, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal.

Site: <https://luiscardoso.com.br/judiciario/2021/02/a->

pedido-do-mp-justica-cancela-festa-lgbt-em-bacabal/

Proprietários de bares são presos em São Luís; Quartetto , Woodstock e Bbemilaunge tem licença cassada (Ações)

No último fim de semana, a Operação Harpócrates interditou três bares de São Luís por infração às medidas sanitárias: Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia). Havia aglomeração em todos os três locais. Os referidos estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada.

Na ação, também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as polícias Civil e Militar e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater a poluição sonora em todos os municípios que formam a ilha de São Luís.

Site:

<https://luiscardoso.com.br/acoes/2021/02/proprietarios-de-bares-sao-presos-em-sao-luis-quartetto-woodstock-e-bbemilaunge-tem-licenca-cassada/>

Prefeito de Presidente Dutra quer pagar salário atrasado de servidores em cinco parcelas e MP busca acordo

John Cutrim

Aconteceu na sede das Promotorias de Justiça de Presidente Dutra, uma reunião, mediada pelo **Ministério Público** do Maranhão, para discutir o pagamento de salários atrasados, relativos ao funcionalismo público municipal.

A reunião foi conduzida pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, Clodoaldo Nascimento Araújo, e contou com a participação do prefeito Raimundo Alves Carvalho, do procurador-geral do Município, Eder da Silva Lima, e de vários representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintespem).

Na reunião, o **promotor de justiça** reforçou a disponibilidade do **Ministério Público** em intermediar o diálogo entre o Município e o Sintespem, ressaltando que estão em discussão questões que podem trazer reflexos aos diversos serviços públicos.

Durante o encontro, o prefeito Raimundo Carvalho afirmou não ser possível o pagamento imediato de todos os servidores municipais, pois há bloqueios de recursos das contas municipais. O gestor apresentou a proposta de realizar o pagamento dos servidores da educação em cinco parcelas, iniciando em 10 de fevereiro.

Com relação aos demais servidores, o pagamento dependeria do julgamento de um pedido de liminar junto à Justiça Federal, pedindo o desbloqueio dos valores. Caso sejam liberados os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma nova proposta seria apresentada pela Prefeitura, inclusive com a possibilidade de pagamento em menos de cinco parcelas.

O presidente do Sintespem, Gilvan Freire, informou que a proposta do Município seria levada à assembleia geral do sindicato. Além disso, as partes concordaram em realizar uma nova reunião após o julgamento da ação judicial, quando terão elementos para a formalização de um acordo.

Site: <https://johncutrim.com.br/prefeito-de-presidente->

***dutra-quer-pagar-salario-atrasado-de-servidores-em-
cinco-parcelas-e-mp-busca-acordo/***

MPMA já registrou 15 procedimentos sobre fiscalização da vacinação da Covid-19

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão tem acompanhado a vacinação contra a Covid-19 desde a fase de planejamento até a execução, cobrando transparência no processo. Até esta terça-feira, 26, foram registrados 15 procedimentos que tratam do tema fiscalização da vacinação em vários municípios do estado. Para resguardar os processos investigatórios, ainda não serão divulgados maiores detalhes das ocorrências.

Além da atuação dos promotores de justiça nas comarcas, acompanhando a vacinação para que não haja irregularidades, a Ouvidoria do **MPMA** também começou a receber pedidos de informações e denúncias sobre a campanha de imunização nos municípios.

Após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica da Ouvidoria realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às Promotorias responsáveis. Caso seja comprovada a vacinação fora da ordem de prioridade, todos os envolvidos podem ser punidos, inclusive criminalmente, após a instauração regular de processo judicial.

Para dar suporte à atuação dos promotores de justiça nas comarcas, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde** (Caop-Saúde) emitiu ofício, no dia 20 deste mês, orientando que sejam notificados os secretários municipais de Saúde para que seja obedecida a fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

Além disso, os promotores de justiça devem requisitar informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, a atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/mpma-ja-registrou-15-procedimentos.html>

COVID-19: MPMA reúne municípios no Sul do Estado para reforçar Recomendação sobre comemorações carnavalescas

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão reuniu os municípios do Sul do Estado para reforçar a Recomendação que orienta os gestores a não realizarem festividades carnavalescas por conta da pandemia da Covid-19.

A reunião foi convocada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Porto Franco, Eduardo André de Aguiar Lopes, e pelo titular da Promotoria de Justiça de Montes Altos, José Artur Del Toso Júnior.

Participaram do encontro os prefeitos de Ribamar Fiquene, Cociflan Silva do Amarante; de Porto Franco, Deoclides Macedo; de São João do Paraíso, Roberto Régis; a vice-prefeita de Campestre, Natália do Afonso; a prefeita de Lajeado Novo, Ana Lea; o presidente da Câmara de Vereadores de Porto Franco, Josivan Nogueira da Silva, além de representantes da Polícia Militar e demais pastas do Executivo e Legislativo.

O **promotor de justiça** Eduardo André comentou aspectos da segunda onda de Covid-19 no mundo, além de detalhes da Recomendação expedida pelo **Ministério Público** com orientações para os municípios não realizarem eventos festivos no período carnavalesco. Também comentou a respeito do Decreto Governamental nº 36.462 de 22 de janeiro de 2021, suspendendo as comemorações no Estado.

O titular de Montes Altos, Artur Del Toso, disse que entende a pressão que os gestores municipais devem sofrer para abertura do comércio local. No entanto, citou a grave situação que a cidade de Manaus passa por conta das altas taxas de transmissão e da falta de estrutura para lidar com os prejuízos da pandemia, como a escassez de oxigênio, o que resulta em muitas mortes.

Os representantes do **Ministério Público** sugeriram que os gestores realizem campanhas de conscientização nos meios de comunicação disponíveis. Além do trabalho de conscientização, todos os presentes discutiram métodos para evitar aglomerações nas datas festivas, tanto com formas de

prevenção quanto de fiscalização.

O Município de Porto Franco relatou que possui centro de referência para tratamento de Covid-19 que também atende a municípios da região. A cidade atualmente contabiliza 25 casos confirmados de pessoas infectadas por coronavírus e uma internação.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/02/covid-19-mpma-reune-municipios-no-sul.html>

Donos de bares são presos e casas são interditadas por poluição sonora e aglomeração em SLZ

A Operação Harpócrates interditou três bares de São Luís por infração às medidas sanitárias: Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia). Havia aglomeração em todos os três locais. Os referidos estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada, neste fim de semana.

Na ação, também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as polícias Civil e Militar e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater a poluição sonora em todos os municípios que formam a ilha de São Luís.

Site: <https://blogdominard.com.br/2021/02/donos-de-bares-sao-presos-e-casas-sao-interditadas-por-poluicao-sonora-e-aglomeracao/>

A pedido do MP-MA, Justiça suspende evento para evitar aglomerações em Bacabal

Em atendimento a pedido do **Ministério Público** do Maranhão, a Justiça concedeu liminar para decretar a suspensão imediata da realização do evento organizado pelo grupo Identidade LGBT de Bacabal, alusivo ao dia da Visibilidade Trans, previsto para ocorrer na última sexta-feira (29), às 18h, na Praça 17 de abril.

O titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal determinou que o município de Bacabal adote as medidas necessárias para a proibição do ato, fixando ainda que sua realização, em outra data, enquanto durar a pandemia, dependerá de expressa autorização judicial.

Em caso de descumprimento da ordem, o município de Bacabal e o grupo Identidade LGBT serão punidos com multa no valor de R\$ 50 mil, para cada um.

Para a promotora de Justiça Sandra Soares de Pontes, autora da **Ação Civil Pública**, a realização do evento poderá provocar danos irreversíveis à saúde pública, diante da crise mundial ocasionada pelo coronavírus, além de descumprir o Decreto Estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020.

"Evento de tamanha proporção tem grande probabilidade de desrespeito às regras de distanciamento social e das medidas sanitárias, notadamente pela ampla divulgação nas redes sociais, o que, inclusive, atrairá participantes de municípios vizinhos", ponderou a representante do **Ministério Público**.

A promotora de Justiça acredita, ainda, que o município de Bacabal autorizou a realização do evento, mesmo ciente da Recomendação expedida pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, aos prefeitos, às secretarias municipais de Saúde, às demais secretarias, à Polícia Militar e a Polícia Civil. O documento, que também previa a negativa de licenças e autorizações para festividades, foi destinado igualmente aos responsáveis por eventos nos municípios maranhenses.

A decisão foi assinada pelo juiz Marcelo Silva Moreira, titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal.

(Informações do MP-MA)

Site: <http://www.blogdomarcial.com/2021/02/a-pedido-do-mp-ma-justica-suspende.html>

Quarteto Bar e mais dois bares são interditados e dois donos de bares vão presos em São Luís

No último fim de semana, a Operação Harpócrates interditou três bares de São Luís por infração às medidas sanitárias: Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia). Havia aglomeração em todos os três locais. Os referidos estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada.

Na ação, também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as polícias Civil e Militar e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater a poluição sonora em todos os municípios que formam a ilha de São Luís.

Site: <http://diegoemir.com/2021/02/quarteto-bar-e-mais-dois-bares-sao-interditados-e-dois-donos-de-bares-vaopresos-em-sao-luis/>

Operação do MP interdita bares com aglomerações e poluição sonora em São Luís

Na madrugada deste domingo (30), o **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) realizou uma operação com o apoio das Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros para combater o descumprimento de medidas sanitárias da pandemia e a poluição sonora em bares de São Luís.

Responderão por infração às medidas sanitárias da Covid-19 três proprietários de bares, três motociclistas e o dono de um veículo, todos também autuados por poluição sonora. Os responsáveis foram conduzidos à delegacia.

Em alusão ao combate à poluição sonora, a operação foi denominada Harpócates, o Deus do silêncio na mitologia grega.

Site: <https://silviatezeza.com.br/operacao-do-mp-interdita-bares-com-aglomeracoes-e-poluicao-sonora-em-sao-luis/>

Operação interdita três bares por aglomeração em São Luís

A Operação Harpócrates interditou três bares no Calhau, Lagoa da Jansen e Ponta d'Areia, em São Luís, por infração às medidas sanitárias.

Nos locais foram registrados aglomerações. Os estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada.

Na ação, também foram presos os proprietários de dois bares localizados na Avenida Santos Dumont. Todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as **polícias Civil e Militar** e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos primeiros bares citados na matéria vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater a poluição sonora em todos os municípios que formam a ilha de São Luís.

Com informações **MPMA**

Site:

<http://www.suacidade.com/noticias/policia/operacao-interdita-tres-bares-por-aglomeracao-em-sao-luis>

Com salários atrasados, prefeito de Presidente Dutra propõe pagamento dos servidores em 5 parcelas

O prefeito Raimundo Carvalho afirmou não ser possível o pagamento imediato, pois há bloqueios de recursos (Foto: Divulgação)

Uma reunião mediada pelo **Ministério Público** do Maranhão buscou entendimento para o pagamento dos salários atrasados, relativos a dezembro de 2020, ao funcionalismo público municipal em Presidente Dutra . Durante o encontro, o prefeito Raimundo Carvalho afirmou não ser possível o pagamento imediato, pois há bloqueios de recursos nas contas da prefeitura. O gestor apresentou a proposta de realizar o pagamento dos servidores da educação em cinco parcelas , iniciando em 10 de fevereiro.

Com relação aos demais servidores, o pagamento dependeria do julgamento de um pedido de liminar junto à Justiça Federal, pedindo o desbloqueio dos valores. Caso sejam liberados os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma nova proposta seria apresentada pela Prefeitura, inclusive com a possibilidade de pagamento em menos de cinco parcelas.

A reunião foi conduzida pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, Clodoaldo Nascimento Araújo, e contou com a participação do prefeito Raimundo Alves Carvalho, do procurador-geral do Município, Eder da Silva Lima, e de vários representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintespem).

Na reunião, o **promotor de justiça** reforçou a disponibilidade do **Ministério Público** em intermediar o diálogo entre o Município e o Sintespem, ressaltando que estão em discussão questões que podem trazer reflexos aos diversos serviços públicos.

O presidente do Sintespem, Gilvan Freire, informou que a proposta do Município seria levada à assembleia geral do sindicato. Além disso, as partes concordaram em realizar uma nova reunião após o julgamento da ação judicial, quando terão elementos para a formalização de um acordo.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/01/com-salarios-atrasados-prefeito-de-presidente-dutra-propoe->

pagamento-dos-servidores-em-5-parcelas/

Com salários atrasados, prefeito de Presidente Dutra propõe pagamento dos servidores em 5 parcelas

O prefeito Raimundo Carvalho afirmou não ser possível o pagamento imediato, pois há bloqueios de recursos (Foto: Divulgação)

Uma reunião mediada pelo **Ministério Público** do Maranhão buscou entendimento para o pagamento dos salários atrasados, relativos a dezembro de 2020, ao funcionalismo público municipal em Presidente Dutra. Durante o encontro, o prefeito Raimundo Carvalho afirmou não ser possível o pagamento imediato, pois há bloqueios de recursos nas contas da prefeitura. O gestor apresentou a proposta de realizar o pagamento dos servidores da educação em cinco parcelas, iniciando em 10 de fevereiro.

Com relação aos demais servidores, o pagamento dependeria do julgamento de um pedido de liminar junto à Justiça Federal, pedindo o desbloqueio dos valores. Caso sejam liberados os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma nova proposta seria apresentada pela Prefeitura, inclusive com a possibilidade de pagamento em menos de cinco parcelas.

A reunião foi conduzida pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra, Clodoaldo Nascimento Araújo, e contou com a participação do prefeito Raimundo Alves Carvalho, do procurador-geral do Município, Eder da Silva Lima, e de vários representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Sintespem).

Na reunião, o **promotor de justiça** reforçou a disponibilidade do **Ministério Público** em intermediar o diálogo entre o Município e o Sintespem, ressaltando que estão em discussão questões que podem trazer reflexos aos diversos serviços públicos.

O presidente do Sintespem, Gilvan Freire, informou que a proposta do Município seria levada à assembleia geral do sindicato. Além disso, as partes concordaram em realizar uma nova reunião após o julgamento da ação judicial, quando terão elementos para a formalização de um acordo.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/01/com-salarios-atrasados-prefeito-de-presidente-dutra-propoe->

pagamento-dos-servidores-em-5-parcelas/

Operação interdita três bares e prende proprietários em São Luís

Foto: Reprodução

Três bares foram interditados e tiveram a licença de funcionamento cassada no fim de semana, em São Luís. Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia) estavam com aglomerações, o que vai na contramão do que é determinado pelo Governo Estadual.

Também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as polícias Civil e Militar e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/02/01/operacao-interdita-tres-bares-e-prende-proprietarios-em-sao-luis/>

Operação do Ministério Público interdita bares com aglomeração em São Luís

Por G1 MA - São Luís

Na madrugada de domingo (30), uma operação realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) com o apoio da Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros combateu o descumprimento de medidas sanitárias da pandemia e a poluição sonora em bares de São Luís.

Três proprietários de bares vão responder por infração às medidas sanitárias da Covid-19, e outros três estabelecimentos vão responder por poluição sonora. Os responsáveis foram conduzidos à delegacia.

Além dos proprietários de bares, outros três motociclistas e o dono de um quarto veículo também foram autuados por poluição sonora. A fiscalização aconteceu em alguns bairros de São Luís, como Calhau e Ponta d'Areia. A operação do MP-MA foi denominada Harpócates, o Deus do silêncio mitologia grega, em alusão ao combate à poluição sonora.

Site:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/02/01/operacao-interdita-bares-com-aglomeracao-em-sao-luis.ghtml>

Operação interdita bares com aglomeração em São Luís

Uma operação realizada na madrugada deste domingo (30) pelo **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA) com o apoio da Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros combateu o descumprimento de medidas sanitárias da pandemia e a poluição sonora em bares de São Luís.

Três proprietários de bares vão responder por infração às medidas sanitárias da Covid-19, e outros três estabelecimentos vão responder por poluição sonora. Os responsáveis foram conduzidos à delegacia.

Além dos proprietários de bares, outros três motociclistas e o dono de um quarto veículo também foram autuados por poluição sonora. A fiscalização aconteceu em alguns bairros de São Luís, como Calhau e Ponta d'Areia. A operação do MP-MA foi denominada Harpócates, o Deus do silêncio mitologia grega, em alusão ao combate à poluição sonora.

Site:

<https://centraldenoticias.radio.br/2021/02/01/operacao-interdita-bares-com-aglomeracao-em-sao-luis/>

Operação Harpócrates interdita três bares por infração às medidas sanitárias

São Luís: A Operação Harpócrates interditou três bares por infração às medidas sanitárias: Quartetto (Calhau), Woodstock (Lagoa da Jansen) e Bbemilaunge (Ponta d'Areia). Havia aglomeração em todos os três locais. Os referidos estabelecimentos tiveram a licença de funcionamento cassada.

Na ação, também foram presos os proprietários da Choperia Faz Parte e do bar Caminho de Casa, ambos localizados na Avenida Santos Dumont, e da Associação do Boi da Mata (Mata), todos flagrados cometendo crime de poluição sonora. A ação teve início na noite de sábado encerrando na manhã de domingo.

A Operação Harpócrates é realizada pelo **Ministério Público** do Maranhão em parceria com as **polícias Civil e Militar** e com o Corpo de Bombeiros. Também participam agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT) e do Instituto de Criminalística (Icrim).

Por crime de poluição sonora, também foram presos três motociclistas e o proprietário de um veículo. A fiança dos proprietários dos bares Choperia Faz Parte e Caminho de Casa e da Associação do Boi da Mata e do condutor do automóvel foi de R\$ 5 mil. A dos motociclistas, R\$ 1.100,00.

Os proprietários e produtores dos bares Quartetto, Woodstock, e Bbemilaunge vão responder pelo crime do artigo 268 do Código Penal, que trata da infração à determinação do Poder Público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa. A pena prevista é de detenção, de um mês a um ano, e pagamento de multa.

Pelo **MPMA**, coordenou a operação o **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís). O representante do **MPMA** explicou que com a proximidade do período de carnaval, as fiscalizações serão rigorosas. "Vamos continuar atuando da mesma forma para coibir a prática de poluição sonora e outros crimes na ilha de São Luís".

Deflagrada desde o ano passado, a Operação Harpócrates (uma referência ao Deus do silêncio da mitologia grega) tem como objetivo principal combater a poluição sonora em todos os municípios que formam

a ilha de São Luís.

Fonte: CCOM-**MPMA**

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/890872/operacao-harpocrates-interdita-tres-bares-por-infracao-as-medidas-sanitarias>

Operação flagra e interdita bares com aglomerações em São Luís no fim de semana

SÃO LUÍS - Uma operação combateu o descumprimento de medidas sanitárias da pandemia e a poluição sonora em bares da capital, no fim de semana.

O **Ministério Público** do Maranhão (MP-MA), a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros fiscalizaram bares e outros estabelecimento e flagraram realizações de festas com aglomerações, mesmo após a proibição de eventos de grande porte, como os de pré-Carnaval e Carnaval no Estado.

Três proprietários de bares vão responder por infração às medidas sanitárias da Covid-19, e outros três estabelecimentos vão responder por poluição sonora. Os responsáveis foram conduzidos à delegacia.

A fiscalização aconteceu em alguns bairros de São Luís, como Calhau e Ponta d'Areia. Outros três motociclistas e o proprietário de um quarto veículo também foram autuados por poluição sonora.

A operação do MP-MA foi denominada Harpócates, o deus do silêncio mitologia grega, em alusão ao combate à poluição sonora.

Suspensão do Carnaval

O decreto Nº 38.418, de 18 de dezembro de 2020, proíbe a realização de qualquer evento de grande porte, que gere grandes aglomerações no Maranhão, como por exemplo o Carnaval. Eventos de pequeno porte, com até 150 pessoas, como batizados, festas de aniversários e casamentos estão liberados. Veja nota do governo do Estado:

A Secretaria de Estado da Cultura (Secma) informa que, em razão da falta de vacinação em massa contra a Covid-19, o Governo do Maranhão decidiu não realizar qualquer evento que gere grandes aglomerações, a exemplo do Carnaval. Eventos desse porte só serão retomados pela gestão estadual quando houver segurança sanitária e liberação das autoridades de saúde competentes.

Também não há previsão de nova data para celebração do Carnaval 2021. A definição de um novo calendário da festividade no Maranhão dependerá da liberação das autoridades em saúde pública.

A Secma esclarece ainda que continuará realizando ações em apoio aos profissionais da arte, assim como foi feito em 2020, quando foram lançados editais públicos com recursos estaduais e por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/20), que beneficiou mais de 3.000 fazedores de cultura de todo o Maranhão.

A fiscalização de festas privadas de pré-carnaval que eventualmente descumpram o decreto estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020 - norma que autoriza apenas eventos com no máximo 150 pessoas - cabe às prefeituras, à Superintendência de Vigilância Sanitária (Suvisa) e à Secretaria de Estado da **Segurança Pública** (SSP).

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2021/02/01/operacao-flagra-e-interdita-bares-com-aglomeracoes-em-sao-luis-no-fim-de-semana.shtml>

MPMA discute situação dos catadores de materiais recicláveis

Em reunião realizada, na manhã desta quinta-feira, 28, na sala da Escola Superior do **Ministério Público**, os promotores de justiça, Cláudio Re-bêlo Alencar e Luís Fernando Barreto Junior, de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, se reuniram com representantes de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O objetivo foi discutir a situação atual de cada cooperativa.

Participaram da reunião representantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Ascamar), da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis D'Ouro (Coopeouro) e Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl) e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade Operária/ Cidade Olímpica (Ascamarco).

Durante o encontro, o representante de cada associação ou cooperativa relatou a data de inauguração da entidade, o número de cooperados, os equipamentos e a estrutura física e de pessoal existente, a renda mensal de cada integrante e o número de carradas que recebe semanalmente dos Ecopontos da Prefeitura de São Luís, além da existência de parcerias com outros geradores de resíduos.

A maioria dos representantes relatou queda no rendimento de cada cooperado e na quantidade de carradas dadas pela Prefeitura após a inauguração do Complexo da Ribeira. Outros informaram que nunca receberam qualquer material da prefeitura ou deixaram de receber.

O **promotor de justiça** Luís Fernando Barreto informou que possui um inquérito civil para acompanhar os grandes geradores e na oportunidade entregou ofício à COOPRESL e Ascamar, solicitando informações para instruir a sua investigação, a fim de confrontar com os dados apresentados pela Prefeitura de São Luís. A finalidade é verificar o quantitativo entregue pelo Ecoponto para cada cooperativa.

O integrante da COOPRESL apontou que a prefeitura não entrega para algumas cooperativas por não possuir estrutura adequada, informação que foi refutada pelo representante da Coopeouro.

Site: <http://jornalodebate.com.br/jornal-o-debate-do-dia-31-e-01-02-2021/>